

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 155 – 13/07 à 17/07/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[MP 927, que flexibiliza regras trabalhistas na pandemia, é retirada de pauta e perderá validade no dia 19 de julho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/07/2020

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), retirou da pauta de votações da Casa a Medida Provisória – MP nº 927/2020, que flexibiliza regras trabalhistas durante a pandemia do novo coronavírus. De acordo com Alcolumbre, o texto não será mais pautado. Com isso, perderá validade no próximo dia 19 de julho.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Painel inclui principais decisões do Supremo relacionadas à Covid-19](#)

Supremo Tribunal Federal - 13/07/2020

O [Painel de Ações Covid-19](#), página no site do Supremo Tribunal Federal (STF) onde é possível acompanhar dados atualizados sobre todos os processos em curso relacionados à pandemia, passa a incluir as principais decisões já tomadas pela Corte a respeito da matéria. Com a medida, o STF proporciona mais transparência ao usuário, apresentando um resumo das decisões com uma linguagem simplificada, que permite ao cidadão acompanhar os processos de maior repercussão relacionados ao tema. As decisões estão organizadas por classe processual, para facilitar a pesquisa.

[Empresa é absolvida de pagar multa em valor superior ao da obrigação principal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/07/2020

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho limitou o valor da multa a ser paga pela Visiongen Biotecnologia Ltda., de Belo Horizonte (MG), ao Sindicato dos Empregados e Técnicos em Laboratórios, Banco de Sangue e Análises Clínicas no Estado de Minas Gerais (Sintralab-MG), por descumprimento de cláusula pactuada em convenção coletiva. Segundo a Turma, o valor da sanção deve se limitar ao valor corrigido da obrigação descumprida.

[Empregada afastada por auxílio-doença não receberá cesta básica](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/07/2020

A relatora do recurso de revista da empresa, ministra Delaíde Miranda Arantes, assinalou que, segundo o disposto no artigo 474 da CLT, o afastamento do empregado de suas atividades por motivo de auxílio-doença suspende o contrato de trabalho. Dessa forma, a jurisprudência do TST firmou o entendimento de que, durante o período, não são devidos

o auxílio-alimentação e a cesta básica.

[Podcast “Trabalho em Pauta” debate saúde e segurança no trabalho em tempos de pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/07/2020

O sexto episódio do podcast “Trabalho em Pauta” já pode ser acessado pelo site da Rádio TST e pelas plataformas de streaming de áudio, como Spotify e Deezer. Na última edição da primeira temporada, o programa aborda as medidas necessárias à proteção de empregados e empregadores durante a pandemia da Covid-19.



Notícias do Executivo

[Estudo da SPE aponta que o Brasil precisa de legislações mais eficientes de falências e estímulo à maior dinâmica no mercado de trabalho](#)

Ministério da Economia - 17/07/2020

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou, nesta sexta-feira (17/7), a [Nota Informativa – Choques adversos da Covid-19: mobilidades do trabalho e do capital na atual conjuntura. A importância de legislações mais eficientes de falências e que estimulem maior dinâmica no mercado de trabalho](#). O estudo destaca que a economia brasileira possui duas características que podem prolongar a crise gerada pela Covid-19: falta de mobilidade dos trabalhadores e morosidade dos processos de falência.

[INSS alerta segurados que não solicita informações pessoais e dados de benefício por telefone](#)

Ministério da Economia - 17/07/2020

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm recebido ligações de pessoas que se passam por atendentes da Central 135 – canal oficial de contato com o órgão – em que os golpistas solicitam dados pessoais ou número do benefício. O instituto alerta os seus segurados para que, caso isso aconteça, não confirme nem informe nenhum dado pessoal ou do benefício. O INSS, quando entra em contato com o cidadão, não pede este tipo de informação.

[INSS começa a notificar segurados com pendências nos requerimentos](#)

Ministério da Economia - 16/07/2020

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a notificar, nesta quarta-feira (15/7), os segurados que fizeram algum requerimento no qual conste algum tipo de pendência ou exigência. A notificação é automática e aparecerá no visor do smartphone de todos

que tenham o aplicativo Meu INSS instalado no aparelho. [Clique aqui](#) para saber como cumprir a exigência.

[SPE aponta queda do PIB de 4,7% em 2020 e crescimento de 3,2% em 2021](#)

Ministério da Economia - 15/07/2020

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou nesta quarta-feira (15/7), em coletiva virtual, a edição do [Boletim Macrofiscal de julho](#), com a atualização das projeções sobre comportamento dos principais indicadores em 2020 e 2021. Nesta mais recente grade de parâmetros macroeconômicos, é estimada queda de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) real este ano, com crescimento de 3,2% em 2021 (ou seja, mantidas as [estimativas apresentadas pela SPE em junho](#) último).

[Presidente da República sanciona novo Marco Legal do Saneamento Básico](#)

Ministério da Economia - 15/07/2020

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou nesta quarta-feira (15/7) o projeto de lei que instituiu o novo Marco Legal do Saneamento Básico. A medida vai garantir a milhões de brasileiros acesso aos serviços de tratamento de água e esgoto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participou da cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

[Governo disciplina recontração no prazo de 90 dias após rescisão](#)

Ministério da Economia - 14/07/2020

Foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), nesta terça-feira (14/7), a Portaria nº 16.655 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que disciplina a hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública da covid-19, previsto até o dia 31 de dezembro de 2020.

[Decreto prorroga por até 120 dias prazos dos acordos do benefício emergencial](#)

Ministério da Economia - 14/07/2020

Foi publicado, na edição do Diário Oficial da União, desta terça-feira (14/7), o Decreto nº 10.422, que prorroga os prazos dos acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). Para os acordos de suspensão temporária do contrato de trabalho, previstos inicialmente para até 60 dias, foram acrescidos mais 60 dias, de modo a completar o total de até 120 dias. Foi permitido ainda que a suspensão do contrato de trabalho seja realizada de forma fracionada, em períodos sucessivos ou

ou intercalados, desde que esses períodos sejam iguais ou superiores a dez dias e que não seja excedido o prazo máximo de 120 dias.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Pauta extensa em primeira reunião com o novo subsecretário de Inspeção do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/07/2020

Dirigentes do SINAIT tiveram na manhã desta sexta-feira, 17 de julho, a primeira reunião com o novo subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, e integrantes de sua equipe, por plataforma on-line. Na primeira parte da reunião, os representantes do SINAIT expuseram os pontos de preocupação e que, na opinião dos dirigentes, devem ter atenção prioritária da SIT, em cenário de pandemia da Covid-19 e também de ataques à Fiscalização do Trabalho, redução de estrutura e de capacidade de ação. Um dos expedientes enviados à SIT pela Comissão foi a [Carta nº 43](#), com questionamentos, reflexões e sugestões para as diretrizes das orientações emitidas para a fiscalização, incluindo novas modalidades de fiscalização.

eSocial

Notícias do e-Social

[Empregadores devem prestar informações até 30 de setembro para pagamento do abono salarial](#)

eSocial - 13/07/2020

s empregadores dos grupos 1 e 2 do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) que não enviaram corretamente as informações de folhas de pagamento referentes a seus empregados têm ainda até o próximo dia 30 de setembro para prestar ou corrigir os dados, para que seus trabalhadores possam receber o abono salarial 2020/2021 a que têm direito. Os demais empregadores deverão prestar estas informações, no mesmo prazo, por meio do aplicativo Gerador de Declarações da Relação Anual de Informações Sociais (GDRAIS).

Outras Notícias

[Se INSS reconhece doença laboral, cabe a empregador refutá-la, diz TRT-1](#)

Consultor Jurídico - 16/07/2020

Com o reconhecimento pelo Instituto Nacional do Seguro Social do nexos causal entre a doença e o trabalho, há inversão do ônus da prova. Assim, passa a ser do empregador o encargo de comprovar que a enfermidade não resulta da função prestada a seu favor.

[TST divulga novos valores dos limites de depósito recursal](#)

Consultor Jurídico - 15/07/2020

O Tribunal Superior do Trabalho divulgou os valores referentes aos limites de depósito recursal que passarão a vigorar a partir de 1º de agosto de 2020. Pela nova tabela, o limite para a interposição de recurso ordinário passa a ser de R\$ 10.059,15. Nos casos de recurso de revista, embargos, recurso extraordinário e recurso em ação rescisória, o valor será de R\$ 20.118,30.

[Decreto afeta presunção de nocividade de agentes cancerígenos](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2020

O Decreto 10.410/20, publicado no início deste mês, mudou regras da Previdência Social em relação a benefício especial. Com o novo regramento, os agentes cancerígenos deixam de ter presunção de nocividade se a empresa comprovar o controle dessas substâncias — por exemplo, por meio do uso de equipamento de proteção individual (EPI) pelo trabalhador. O decreto também prevê que os períodos de afastamento em benefícios por incapacidade não são mais reconhecidos como especiais.



Atos Normativos

[DECRETO N.º 10.422, DE 13 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 14/07/2020 Seção I pág. 01) - Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020;

[CIRCULAR CEF N.º 917, DE 13 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 14/07/2020 Seção I Pág. 271) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[PORTARIA SEPRT N.º 16.655, DE 14 DE JULHO DE 2020](#) (DOU 14.8.7.2020, seção I Extra Pág. 01) - Disciplina hipótese de recontratação nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06);

[LEI N.º 14.025, DE 14 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 15/07/2020 Seção I Pág. 01) - Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo;

[MENSAGEM N.º 395, DE 14 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 15/07/2020 Seção I pág. 01) - Nos termos do §1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2020 (MP nº 932/20), que "Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo";

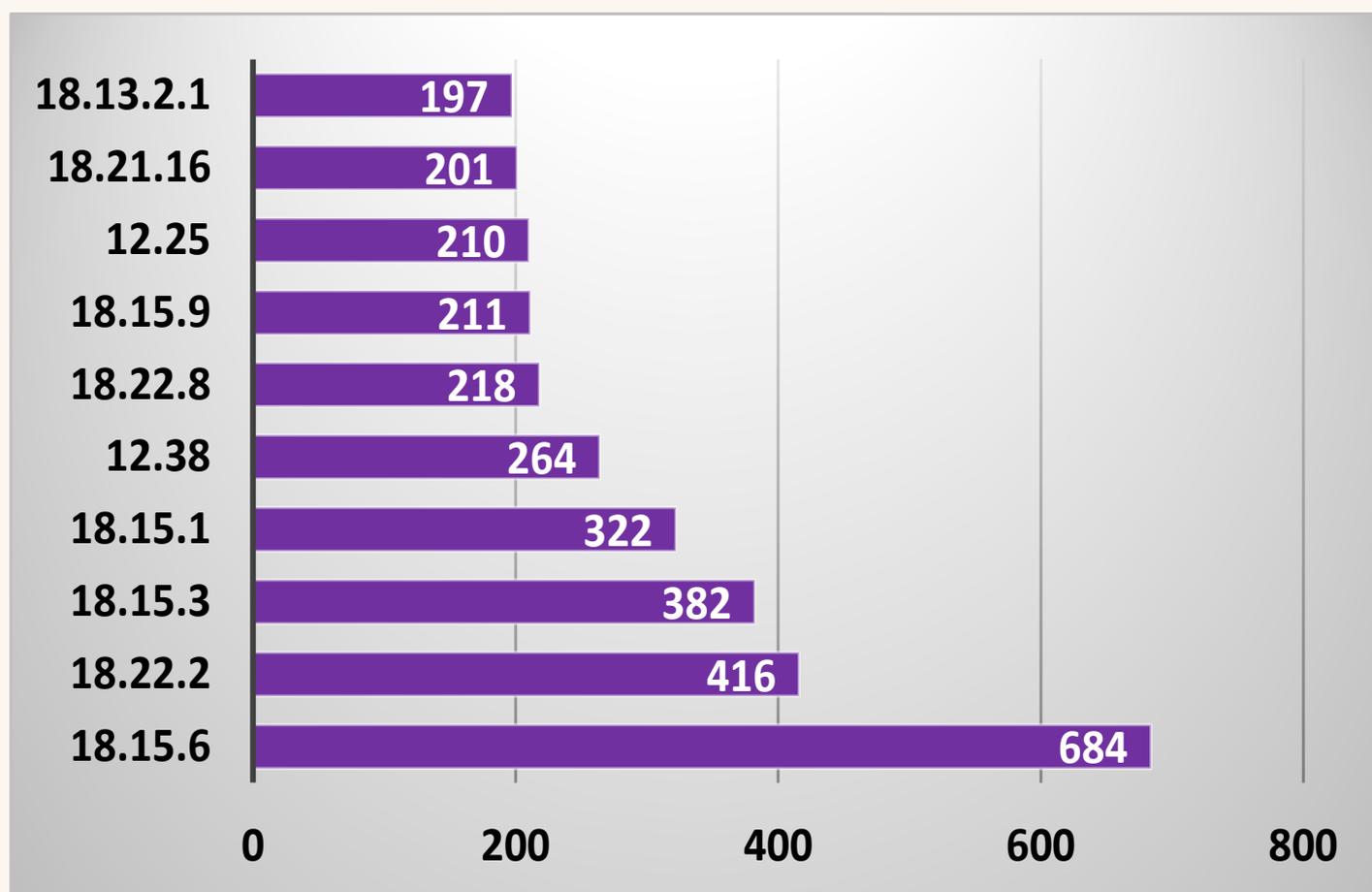
[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N.º 1.965, DE 13 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 15/07/2020 Seção I Pág. 75) - Prorroga o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2019 e referente aos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação ocorridos no período entre janeiro e abril do ano-calendário de 2020

[EXTRATO DE ATA DA 530ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA COLEGIADA ANVISA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 17/07/2020 Seção I Pág. 63) - Aprovação da suspensão dos efeitos da Resolução Normativa - RN nº 458/2020 considerando decisão, em sede de agravo de instrumento, suspendendo os efeitos da medida cautelar proferida na ação civil pública que determinou a inclusão dos testes sorológicos que detectam a presença de anticorpos produzidos pelo organismo após exposição ao Coronavírus no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2018:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2. Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.3 O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, ser antiderapante, nivelado e fixado ou travado de modo seguro e resistente.

18.15.1. O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.

12.38. As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

18.22.8. Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

18.15.9. O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

12.25. Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.

18.21.16 Os canteiros de obras devem estar protegidos por sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, projetado, construído e mantido conforme normas técnicas nacionais vigentes.

18.13.2.1. As aberturas, em caso de serem utilizadas para o transporte vertical de materiais e equipamentos, devem ser protegidas por guarda-corpo fixo, no ponto de entrada e saída de material, e por sistema de fechamento do tipo cancela ou similar.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula